

Desempenho das produções industriais brasileira e gaúcha em 2011*

Maria Lucrecia Calandro**

Economista da FEE e Professora da PUCRS

Silvia Horst Campos***

Economista da FEE e Professora da PUCRS

Resumo

Examinou-se, neste artigo, a evolução da atividade produtiva das indústrias brasileira e gaúcha no ano de 2011. A análise dos índices de produção física, calculados pelo IBGE, mostrou que a trajetória de desaceleração da atividade manufatureira teve início em 2010, ano em que a taxa acumulada ainda atingiu um percentual elevado. Os fatores responsáveis pela contração da produção industrial são bem conhecidos. Além da baixa competitividade, decorrente da valorização do real, do nível reduzido de investimentos em inovações e da infraestrutura deficiente, dentre outros fatores, somou-se, neste ano, o acúmulo indesejado de estoques, o crescimento dos salários acima do ritmo de expansão da produtividade do setor e o agravamento da crise nos EUA e na Europa, que aumentou a incerteza no ambiente econômico internacional. As importações, em alguns setores industriais, cresceram bem mais do que as exportações, comprometendo elos importantes da cadeia produtiva.

Palavras-chave: indústria brasileira; indústria gaúcha, competitividade; desaceleração produtiva.

Abstract

This paper examined the evolution of the productive activity of the Brazilian and Rio Grande do Sul State industries in 2011. The analysis of the indices of physical production, calculated by IBGE, showed that the trend of deceleration in manufacturing activity started in 2010, even though the cumulative annual growth still reached a high rate. The factors responsible for the contraction in industrial production are well known. Besides the low competitiveness, due to the appreciation of the real, the reduced level of investment in innovation and the poor country's infrastructure, other factors were added this year: unwanted inventories accumulation, wage growth above the rate of expansion of the sector's productivity and the deepening crisis in the U.S. and Europe increasing the uncertainty in the international economic environment. In addition,

* Artigo recebido em 13 fev. 2012
Revisor da Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: calandro@fee.tche.br

*** E-mail: campos@fee.tche.br

As autoras agradecem os comentários e as sugestões da colega Clarisse Chiappini Castilhos e dos demais colegas do Núcleo de Análise Setorial, bem como o apoio técnico da estagiária de Economia Natália Branco Stein.

imports grew much more than exports in some industries, jeopardizing important links of the production chain.

Key words: brazilian industry; State of Rio Grande do Sul industry; competitiveness, slowing production.

1 Introdução

A partir do primeiro trimestre de 2011, os indicadores de evolução da atividade produtiva brasileira, calculados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passaram a registrar uma persistente e gradual redução nas taxas de variação da produção física, confirmando a trajetória de redução do ritmo de crescimento, tendência observada desde o segundo semestre do ano passado. Além dos fatores estruturais já conhecidos, como a contínua e excessiva valorização do real, a elevada carga tributária e a infraestrutura deficiente, adicionou-se, neste ano, problemas como o acúmulo indesejado de estoques e o crescimento dos salários acima do ritmo de expansão da produtividade do setor. Nesse cenário, o agravamento da crise internacional e as expectativas em relação a seus prováveis impactos sobre a economia brasileira contribuíram para deprimir ainda mais a confiança dos empresários e, em consequência, o nível de investimentos.

Esse quadro interrompeu, pela segunda vez, um ciclo de expansão da atividade produtiva que teve início no quarto trimestre de 2005 e foi retomado no segundo semestre de 2009.

Em fins de 2008, a eclosão da crise financeira internacional provocou uma abrupta queda na produção industrial brasileira e uma severa contração dos investimentos em decorrência das medidas de ajuste adotadas pelos industriais brasileiros. Além do excesso de estoques em alguns segmentos industriais, o rápido crescimento do endividamento das famílias e os efeitos da política monetária contracionista, adotada pelo Banco Central (Bacen) em abril daquele ano, foram responsáveis pela sucessão de taxas negativas registradas pelo índice acumulado de produção física, ao longo de 2009. Essa contração da atividade manufatureira só não foi maior porque o Governo adotou uma política fiscal anticíclica para manter o poder de compra dos consumidores e garantir a realização de investimentos. Já a partir do segundo trimestre de 2009, os indicadores de variação da produção física mostraram uma tênue recuperação,

refletida em quedas sucessivamente menores no total da produção industrial. Contudo, apesar da rápida ação governamental no sentido de injetar liquidez na economia, a taxa acumulada, em 2009, registrou uma contração de 7,4%.

Os efeitos benéficos da política fiscal expansionista em um cenário de crescimento do mercado de trabalho e aumento do crédito estenderam o ciclo de crescimento até o segundo trimestre de 2010. A partir daí, a intensificação das pressões inflacionárias e a contínua expansão da demanda privada, diagnosticada como excessiva, paralelamente a uma queda acentuada na taxa de Formação Bruta do Capital Fixo, levaram o Governo brasileiro a adotar, em meados de dezembro de 2010, um conjunto de medidas direcionadas à contração no ritmo de crescimento do consumo.

A taxa de variação da produção industrial acumulada no primeiro trimestre de 2011 mostrou-se positiva em quase todos os setores industriais, com destaque para os segmentos produtores de bens de capital e de bens intermediários, atividades com efeitos propulsores e encadeadores da atividade fabril. Nos meses seguintes, a retirada de alguns estímulos ao consumo e a entrada em vigor de novas medidas macroprudenciais, ainda no primeiro semestre do ano em análise, encerraram o ciclo de expansão pós-crise financeira e deram início a um novo ciclo de desaceleração da economia brasileira. Na segunda metade do ano, a produção industrial sofreu sucessivas quedas, “[...] apesar do dinamismo ainda presente na demanda interna, impulsionada pelo bom desempenho do comércio varejista e do mercado de trabalho” (Carta Conj., 2011). Esse comportamento é explicado pelo elevado nível de estoques, acumulado, sobretudo, no primeiro trimestre do ano e, ainda mais importante, pela “[...] crescente entrada de insumos importados em vários níveis da cadeia produtiva, estimulada pelo nível excessivo de apreciação da taxa de câmbio” (Carta Conj., 2011).

O objetivo deste artigo é analisar o comportamento da produção industrial brasileira e gaúcha no ano de 2011. Para isso, fez-se inicialmente

uma breve explanação sobre o comportamento da atividade industrial nos anos que sucederam à eclosão da crise financeira internacional. Na seção 2, examina-se o comportamento dos índices de produção física da indústria brasileira, agrupados tanto por categorias de uso quanto por setores e por atividade. O desempenho da produção física dos setores e atividades da economia gaúcha será analisado na seção 3. E, por fim, na seção 4, serão feitas algumas considerações gerais a respeito das perspectivas para 2012.

2 Evolução da produção física da indústria brasileira em 2011

O indicador de produção física acumulado no período jan.-dez. 2011 mostra uma variação positiva de 0,3% na quantidade de bens produzidos pela indústria de transformação, na comparação com igual período do ano anterior. Esse resultado dá continuidade à trajetória de desaceleração da atividade industrial iniciada no segundo trimestre do ano anterior e reflete os efeitos negativos provocados pela apreciação do real, que, além de contribuir para a perda de competitividade de diversos setores, intensifica a competição no mercado doméstico. “[...] Esse efeito tem se espalhado por toda a cadeia produtiva, na medida em que os empresários, a fim de manter a competitividade dos seus produtos, passa[ra]m a substituir insumos, componentes e até mesmo bens finais pelos seus concorrentes importados” (Carta Conj., 2011). Contribuiu, ainda, para a contração da produção industrial, o pacote de medidas monetárias, adotado no final de 2010, cujos efeitos começaram a ser sentidos em meados do ano de 2011.¹

¹ Com a expansão do crédito para consumo, e a consequente elevação do nível de endividamento das famílias, e com o aumento das pressões inflacionárias, as autoridades monetárias adotaram um conjunto de medidas de controle monetário que buscou reduzir a demanda, mas também diminuir o risco sistêmico do setor bancário. Além dos instrumentos tradicionais de política monetária, após a crise do sistema financeiro, o Governo passou a utilizar as chamadas medidas macroprudenciais, que, segundo Armando Castelar, “[...] mudam a regulação das instituições financeiras de maneira a atenuar um efeito perverso que um ciclo econômico possa ter sobre a decisão dessas instituições”. (Rodrigues, 2011) Para maiores explicações, ver artigo sobre política monetária neste número da revista **Indicadores Econômicos FEE**.

A evolução dos índices de produção física da indústria de transformação brasileira, agrupados por categorias de uso, pode ser analisada na Tabela 1. Pelas informações da Tabela 1, constata-se que a fase de contração da quantidade produzida teve início já no segundo trimestre de 2010, e aprofundou-se no trimestre seguinte, com queda expressiva em todas as categorias. A intensificação da queda no ritmo de crescimento da produção, tanto na comparação trimestre/trimestre do ano anterior quanto na comparação com o trimestre antecedente, embora seja observada em todos os setores e atividades industriais, é mais preocupante nos setores de bens de capital e no de bens duráveis de consumo. Isto porque, foram esses segmentos que impulsionaram a economia na fase pós-crise financeira.

Desde o ano de 2005, a economia brasileira vem sustentando uma trajetória de expansão impulsionada pelo consumo doméstico e pelo crescimento dos investimentos, embora intercale fases de expansão e de contração das quantidades produzidas. Essa oscilação, explicada em grande parte pelo câmbio valorizado, vem alimentando o debate sobre a tendência à desindustrialização² da economia brasileira e a necessidade de políticas específicas para o setor.

Esse debate não será apresentado neste artigo, porém cabe destacar a crescente preocupação com a perda de competitividade de diversos segmentos industriais, pressionados, sobretudo, pelo acirramento da concorrência com os produtores asiáticos. Nesse sentido, diversas medidas foram lançadas pelo Governo Federal, como, por exemplo, a desoneração da folha de pagamento para setores selecionados, que busca reduzir o custo de produção dos produtos desses segmentos, de modo a torná-los mais competitivos. Tais ações ganham importância na medida em que se aprofunda a crise nos EUA e nos países europeus, com conseqüente retração da demanda mundial e aumento do uso de medidas protecionistas. Nesse cenário, o potencial do mercado brasileiro torna-se um forte atrativo para os produtores internacionais, servindo tanto como desaguadouro do

² Desindustrialização é entendida como “[...] o processo que provoca a reversão do crescimento e da participação da indústria na produção e na geração de empregos [...]” (DIEESE, 2011, p. 2) Nesse contexto, utiliza-se como indicador de tal processo a participação do emprego e do Valor Adicionado pelo setor industrial no emprego total e no PIB. Em 30 anos, a participação da indústria no total do produto brasileiro caiu de 30%, em 1980, “[...] para pouco mais de 15%” (Kupfer, 2012). Para maiores informações sobre o tema, ver o artigo de Lara (2011).

excedente de produção quanto de local privilegiado para a instalação de plantas produtivas.

Com a forte contração da produção industrial e do consumo interno, as autoridades monetárias promoveram uma flexibilização no conjunto de medidas monetárias adotado em 2010. O relaxamento do aperto monetário compreendeu reduções sucessivas na taxa básica de juros e a retirada de parte das medidas macroprudenciais ainda no primeiro semestre de 2011. Ao longo do ano, novas medidas de estímulo à atividade econômica foram implementadas: ampliação do prazo de financiamento de automóveis; aumento de alíquota de imposto para veículos importados; e redução do IPI para produtos da linha branca (geladeira, fogões e máquinas de lavar). Com essas medidas, que fazem parte do Plano Brasil Maior, o governo espera retomar a trajetória de expansão em 2012.

Essa estratégia de reverter a estagnação do setor industrial mediante o estímulo à demanda interna, como foi feito em 2008, contudo, encontra limites, colocados pelo nível de endividamento das famílias e pela capacidade da expansão da renda de estimular o consumo privado. Além do curto fôlego das medidas, João Sicsú aponta que “[...] com o real valorizado, ao estimular o consumo, o governo agrava o déficit em conta corrente, que deve passar de 2% do PIB, neste ano, para 3% em 2012. O governo tem de enfrentar o problema da falta de competitividade da economia. E poderia, por exemplo, flexibilizar o compulsório, mas atrelando sua utilização à ampliação do crédito à pequenas e médias empresas” (*apud* Cintra, 2011).

Na análise por categorias de uso, constata-se que os piores resultados foram registrados pelos segmentos de bens de consumo duráveis. A produção desses bens, no período jan.-dez. 2011, comparado com igual período do ano anterior, registrou uma queda acumulada de 2,0%. Essa taxa reflete não só os impactos da política monetária restritiva como também o acirramento da concorrência com os produtos importados. O segmento de bens semiduráveis e não duráveis de consumo foi fortemente impactado pelo aumento das taxas de inflação, que ocasionou “[...] queda na demanda das classes de menor renda, e pela concorrência com os importados em setores importantes, como calçados e vestuário (Carta Conj., 2011b)”, chegou ao final do ano analisado com taxa acumulada de -0,2%. “No setor têxtil, por exemplo, grande parte do acúmulo indesejado de estoques tem sido creditado às importações” (Carta Conj., 2011b).

A produção de bens de capital atingiu a maior taxa de crescimento acumulado (3,3%) entre todas as

categorias de uso, resultado, porém, bem inferior ao registrado no ano anterior. Já o desempenho do segmento de bens intermediários permaneceu praticamente estagnado ao longo de 2011, com taxa acumulada de apenas 0,3% no período em análise, o que reflete a crescente participação de insumos importados nas cadeias produtivas. Ressalte-se que a prática de câmbio valorizado, por um lado, melhora a competitividade de alguns setores industriais, à medida que torna mais baratos insumos e componentes, porém, por outro, vem rompendo elos de importantes cadeias produtivas.

Uma análise mais detalhada da produção física industrial brasileira, por atividade, pode ser elaborada com as informações da Tabela 2.

Em 2011, em relação a igual período do ano anterior, os principais destaques positivos couberam às atividades fumo e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros, com taxas acumuladas de crescimento no período analisado de 13,4% e 11,5% respectivamente: taxas positivas, mas com tendência decrescente ao longo do ano. Os destaques negativos couberam aos segmentos da indústria tradicional: têxtil (-14,8%) e calçados e artigos de couro (-10,4%). O que se constata na análise de desempenho das diversas atividades é que estão em melhores condições aquelas cuja produção está mais voltada para o mercado interno e que conseguem se proteger das importações (Indústria..., 2012).

O ramo produtor de veículos automotores, prejudicado pelo crescente ganho de fatias do mercado doméstico pelas montadoras sem plantas no País e seus impactos sobre os produtores locais, foi socorrido pelo Governo brasileiro, que anunciou, em setembro de 2011, um aumento de 30 pontos percentuais na alíquota do IPI sobre automóveis e caminhões vendidos no País. O objetivo dessa medida era tornar mais caros os veículos produzidos fora do Mercosul ou que não atendessem ao critério de nacionalização da produção (65% da peças e componentes devem ser produzidas no Mercosul). A contestação feita por entidades representativas do setor e pelas próprias montadoras postergou a implementação dessa medida para dezembro do mesmo ano, e, nesse espaço de tempo, as importações de veículos cresceram substancialmente.

O licenciamento de autoveículos³ (automóveis e comerciais leves, ônibus e caminhões), segue apresentando recordes: em 2011, foram comercializados 3,633 milhões de unidades, o que representou

³ Utiliza-se o licenciamento como *proxy* das vendas.

um acréscimo de 3,4% em relação ao ano anterior. Esse acréscimo nas vendas decorre do crescimento de 30% no licenciamento de veículos estrangeiros, enquanto a participação dos veículos nacionais no total dos licenciamentos reduziu-se em 2,8% em relação ao ano de 2010. Com isso, a participação de autoveículos importados no total de licenciamentos passou de 15,6% em 2009 para 23,6% em 2011 (Carta Anfavea, 2012).

Pelo lado da produção interna de autoveículos, os números mostram-se menos favoráveis: crescimento de apenas 0,7% no ano. O segmento de automóveis registrou o pior desempenho, com redução de 1,9% na produção, na comparação com 2011 (Carta Anfavea, 2012), acompanhada de queda no número de trabalhadores. Esse desempenho mostra que “[...] após 28 meses seguidos de aumento do quadro de pessoal, as montadoras pararam de contratar em novembro e, no mês passado, promoveram cortes, sinal de que o fôlego do setor diminuiu” (Silva, 2012, p. B3).

As dificuldades são maiores para os setores tradicionais, mais afetados pela valorização da moeda nacional e pelo crescimento acelerado da produção e das vendas dos produtores chineses.⁴ O segmento produtor de calçados, desde os anos 90, enfrenta acirrada competição no mercado externo com os calçadistas chineses, que o obrigou a buscar novos mercados e a deslocar plantas para locais no País com menores custos de produção. Com isso, novos polos produtores de calçados se desenvolveram e passaram a competir com produtores tradicionais, como, por exemplo, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Nos anos 2000, essas dificuldades foram ampliadas pela valorização do real, que tornou os calçados nacionais mais caros, prejudicando as exportações e, ao mesmo tempo, favorecendo os produtores chineses. Essa situação, mantida por um longo período, tem ocasionado o fechamento de fábricas no Brasil e a construção de unidades fabris em outros países. Mesmo com a imposição de tarifa *antidumping* de US\$ 15,85 por par para os produtores chineses, as importações continuam a restringir o mercado para os calçadistas brasileiros.⁵ Isso é

explicado pela prática de triangulação feita pelos empresários chineses, o que levou a Abicalçados, entidade representativa dos produtores do setor, a reivindicar a extensão da tarifa *antidumping* às importações provenientes do Vietnã e da Indonésia.

A produção de manufaturados têxteis, com queda de 14,8% no período jan.-dez. 2011, teve o pior desempenho entre as atividades pesquisadas pelo IBGE. O câmbio valorizado, os elevados custos de produção e alta carga tributária erodem a competitividade das empresas do setor, independentemente do tamanho e da organização administrativa e capacidade gerencial das empresas do segmento. A perda de competitividade dos produtos têxteis e a política agressiva de exportações dos produtores chineses estimulam muitas empresas brasileiras a se transformarem em representantes ou revendedores de produtos fabricados fora do País (Importação..., 2012).

⁴ Além disso, esses setores não se beneficiaram do crescimento das importações de insumos, à semelhança do que ocorreu com os segmentos produtores de bens de capital, cuja importação de insumos básicos possibilitou reduzir custos de produção.

⁵ A Vulcabrás/Azaléia, em dezembro de 2011, fechou seis fábricas na Bahia, demitindo 1,8 mil funcionários e, ao mesmo tempo, manteve os planos de construção de fábrica na Índia, com investimento de US\$ 50 milhões. “A contradição entre o fechamento das fábricas brasileiras e a migração para a Índia

revela uma fragilidade do setor de calçados, que é comum a outros pontos da indústria nacional: a falta de competitividade” (Loureiro, 2011, p. 25).

Tabela 1

Taxas de crescimento trimestrais da indústria de transformação, segundo as categorias de uso, no Brasil — 2010 e 2011

PERÍODOS	BENS DE CAPITAL		BENS INTERMEDIÁRIOS		BENS DE CONSUMO DURÁVEIS		BENS DE CONSUMO SEMI E NÃO DURÁVEIS		INDÚSTRIA GERAL	
	A (1)	B (2)	A (1)	B (2)	A (1)	B (2)	A (1)	B (2)	A (1)	B (2)
2010										
1º trimestre	26,0	3,8	19,7	3,2	28,4	2,0	9,0	3,3	18,2	2,8
2º trimestre	33,3	4,7	15,2	1,2	14,0	-0,6	6,4	-0,4	14,3	1,2
3º trimestre	21,3	-1,3	8,7	-0,3	2,4	-1,2	4,8	-0,2	8,0	-0,3
4º trimestre	7,1	1,9	3,9	0,1	1,5	3,1	1,7	0,0	3,3	0,5
2011										
1º trimestre	8,6	4,0	1,8	0,6	5,1	3,8	1,1	1,3	2,8	1,3
2º trimestre	2,5	-1,3	0,5	0,1	-1,0	-6,6	-0,1	-1,3	0,6	-0,7
3º trimestre	4,0	0,8	-0,4	-1,0	-2,2	-2,2	-0,2	0,1	0,0	-0,8
4º trimestre	-1,4	-3,7	-0,8	-0,2	-9,4	-3,3	-1,5	-1,2	-2,0	-1,4
Jan.-dez. (3)	3,3	-	0,3	-	-2,0	-	-0,2	-	0,3	-

FONTE: INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física regional, nov. 2011. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/pim-pf-br_201112caderno.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

(1) Base: mesmo trimestre do ano anterior = 100. (2) O trimestre imediatamente anterior = 100. (3) Acumulado jan.-dez. = 100.

Tabela 2

Taxas de crescimento acumuladas da produção industrial, por setores e atividades, no Brasil — 2010-11

SEÇÕES E ATIVIDADES	2010		2011			
	Jan.-Set.	Jan.-Dez.	Jan.-Mar.	Jan.-Jun.	Jan.-Set.	Jan.-Dez.
Indústria geral	13,16	10,47	2,78	1,66	1,06	0,25
Indústria extrativa	14,57	13,41	3,26	3,02	2,02	2,14
Indústria de transformação	13,08	10,30	2,75	1,58	1,00	0,14
Alimentos	6,29	4,50	0,92	-1,26	-0,58	-0,20
Bebidas	13,76	11,22	-3,14	-4,60	-1,77	-0,24
Fumo	-9,75	-8,03	-13,09	7,01	14,95	13,39
Têxtil	7,86	4,56	-10,84	-13,29	-14,73	-14,85
Vestuário e acessórios	9,05	7,21	5,30	2,28	-2,11	-4,41
Calçados e artigos de couro	13,17	6,72	-8,08	-8,35	-8,88	-10,43
Madeira	18,22	16,05	6,17	0,83	-0,27	-0,86
Celulose, papel e produtos de papel	5,20	4,43	1,95	1,60	1,11	1,51
Edição, impressão e reprodução de gravações	3,94	3,72	-0,60	0,48	4,68	1,00
Refino de petróleo e álcool	1,03	0,78	4,52	2,00	1,02	0,49
Farmacêutica	4,64	2,36	7,36	9,72	2,46	1,24
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	2,49	1,72	-1,33	-2,37	-1,94	-1,13
Outros produtos químicos	12,34	10,21	-4,58	-2,42	-2,75	-2,15
Borracha e plástico	16,45	12,64	3,51	1,28	-0,03	-1,30
Minerais não-metálicos	10,61	9,33	4,53	4,76	4,15	3,11
Metalurgia básica	24,11	17,65	2,41	1,07	0,07	-0,46
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	28,53	23,36	2,66	3,30	3,25	2,59
Máquinas e equipamentos	32,08	24,12	4,68	1,57	1,68	0,33
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	14,93	13,15	-0,23	-6,00	-3,53	-4,88
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12,91	8,76	3,70	0,54	-1,36	-3,67
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	12,00	3,01	2,90	4,78	5,51	2,19
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	19,22	20,56	25,50	20,76	11,69	11,50
Veículos automotores	29,37	24,17	10,11	6,14	4,29	2,43
Outros equipamentos de transporte	-3,40	-0,09	13,26	12,45	10,54	7,94
Mobiliário	13,10	10,85	-3,02	0,65	2,51	1,59
Diversos	15,52	11,64	10,11	8,26	3,36	0,48

FONTE: IBGE. Produção física industrial: número índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2007/2011. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

NOTA: Os índices utilizados têm por base igual período do ano anterior = 100.

3 Indústria gaúcha: lenta desaceleração em 2011

O Produto Interno Bruto (PIB) da economia gaúcha apresentou novamente um desempenho positivo em 2011 (5,7%), segundo estimativas preliminares da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2011). A indústria, que participou com 29,04% do Valor Agregado Bruto (VAB) em 2010, cresceu 2,5% em 2011, taxa bem menor do que a de 2010 (9,6%), mas ainda superior à da indústria brasileira, estimada em 2,3%. A taxa foi bastante influenciada pelo resultado apresentado pela construção civil, que cresceu 5,9% em 2011 e vem aumentando sua participação na estrutura do Valor Adicionado Bruto no Rio Grande do Sul, estimulada pelo crédito abundante e por facilidades na obtenção de financiamentos, com destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida. Dentre as demais atividades industriais, destaca-se a indústria de transformação, com uma participação de 21,75% e com um crescimento do seu Valor Adicionado Bruto de apenas 1,7% sobre o resultado de 2010.

O fraco desempenho da indústria de transformação gaúcha frustrou as previsões de crescimento moderado efetuadas no início do ano de 2011, “[...] ancoradas no vigor da demanda doméstica aquecida pelo aumento da renda, emprego e crédito” (Balanço..., p. 104, 2011). Contribuíram para a perda de dinamismo da atividade industrial gaúcha fatores conjunturais como: os desdobramentos da crise internacional e suas consequências sobre as exportações industriais gaúchas; a continuidade da taxa de câmbio valorizada e seus impactos sobre a competitividade; os efeitos da contração da política monetária sobre a demanda interna (em especial as medidas de restrição ao crédito adotadas nos últimos meses de 2010, em resposta à deterioração do controle da inflação); e o acirramento da competição com manufaturados importados, contribuindo para o acúmulo de estoques. De outro lado, observam-se fatores estruturais que comprometem a competitividade da indústria, ao impactar os custos de produção, tais como uma infraestrutura deficiente, o elevado custo do capital e de insumos, a escassez de mão de obra qualificada e “[...] a elevada carga tributária, considerada pelos empresários como o principal entrave aos negócios em 2011” (Balanço..., p. 104, 2011).

Neste contexto, uma pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do

Sul (FIERGS) sobre os investimentos industriais no Estado (Investimentos..., 2012) junto a empresários do setor⁶, mostra que houve pouca alteração nas decisões de investir na indústria gaúcha em 2011, quando comparadas com os resultados em 2010. O percentual de empresas que realizou investimentos permaneceu próximo dos 90%, contudo apenas 54% das empresas cumpriram integralmente os investimentos planejados, direcionando-os preponderantemente para o mercado interno. A incerteza econômica (63,0%), o custo do crédito/financiamento (32,6%), a dificuldade de obter mão de obra adequada às necessidades (28,3%) e a reavaliação da demanda/ociosidade elevada (28,3%) destacam-se como as principais razões para a realização parcial dos investimentos no ano⁷, tendo esses fatores sido apontados com maior intensidade pelas pequenas e médias empresas.

A principal motivação para investir foi a busca de maior competitividade via ganhos de produtividade e redução de custos. As fontes de recursos principais para o financiamento dos investimentos foram o capital próprio (50,6%) e os bancos oficiais de desenvolvimento, como o BNDES (24,6%). Os investimentos vinculados à inovação com a introdução de novos processos ou novos produtos foram informados por um número menor de respondentes (respectivamente 8% e 12,5%), concentrando-se nas médias e grandes empresas.

Com base nos resultados da pesquisa, pode-se observar que, apesar da expressa busca por maior competitividade via ganhos de produtividade e redução de custos, os investimentos em tecnologia e em inovação, de modo a capacitar as empresas a enfrentarem a concorrência cada vez mais acirrada nos mercados interno e externo, ainda são reduzidos. A variação na produtividade do trabalho da indústria gaúcha mostrou-se negativa ou muito baixa durante o ano de 2011, fruto principalmente da diminuição expressiva do ritmo de crescimento da produção, uma vez que a evolução do número de horas pagas é mais estável. No acumulado jan.-dez. 2011, a variação da produtividade foi praticamente nula, de 2,65%.

O desempenho pífio da indústria gaúcha em 2011 também foi sentido na maior parte dos Estados brasileiros investigados pelo IBGE, conforme pode ser observado na Tabela 3. Em todos os casos, independentemente das diferentes matrizes industriais locais, houve um forte arrefecimento da produção

⁶ Foram pesquisadas 126 empresas gaúchas, sendo 50 pequenas, 74 médias e 52 grandes, no período out.-nov./11.

⁷ As respostas podiam ser múltiplas.

industrial nesse ano, quando comparada com o desempenho em 2010.

O setor industrial brasileiro, ao mostrar crescimento nulo no terceiro trimestre do ano e negativo em 2,0% no quarto, continuou a trajetória descendente iniciada no segundo semestre de 2010. Em nível regional, a diminuição no ritmo da atividade industrial ao longo de 2011 pode ser sentida principalmente em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Metade dos locais pesquisados que apresentaram taxas positivas no confronto do terceiro trimestre de 2011 com igual período de 2010 mantiveram taxas positivas no trimestre seguinte, mas apenas Espírito Santo, Paraná (o melhor desempenho acumulado no ano) e Rio Grande do Sul atingiram taxas maiores no segundo período considerado. A indústria do Ceará apresentou o pior desempenho, acumulando uma queda de 11,7% no ano de 2011. Espírito Santo e Rio Grande do Sul foram os únicos locais a registrar taxas de crescimento positivas em todos os trimestres. Note-se que os índices trimestrais da indústria gaúcha e brasileira evoluem de modo diferente em 2011, particularmente no primeiro e último trimestres do ano.

A comparação das trajetórias dos índices de produção física das indústrias de transformação brasileira e gaúcha, considerando-se a série livre de influências sazonais (base média de 2002 = 100), mostra a semelhança entre ambas, embora em patamares diferentes, especialmente no período 2007-09 (Gráfico 1). Em 2010 ocorre um pequeno descolamento quando a trajetória de recuperação da indústria gaúcha é interrompida no mês de fevereiro e inicia uma fase de pequenos avanços e recuos que praticamente se anulam até o final do ano. Na passagem de 2010 para 2011, observa-se a continuidade desse movimento de pequenas oscilações, mas fica evidente que elas diminuem de amplitude e ocorrem em um patamar levemente superior, acima da linha de tendência. A indústria de transformação brasileira, por seu turno, manteve-se praticamente no mesmo nível, mas também em um movimento oscilatório a partir de abril de 2010 quando é interrompida a trajetória ascendente de recuperação. O maior descolamento entre as duas séries ocorre na passagem de agosto para setembro de 2011, quando o índice de produção física industrial cai três pontos. O índice de dezembro, embora um pouco mais elevado, não foi suficiente para compensar essa queda.

A diferença mais significativa entre a evolução dos índices das indústrias de transformação brasileira e gaúcha é dada pela linha de tendência traçada para

o período. Ambas são ascendentes, mas a inclinação da linha traçada para a indústria gaúcha é menor, situando-a aquém da sua congênere nacional. Essa inclinação é determinada pelo comportamento dos índices nos dois últimos anos, quando a indústria gaúcha não conseguiu superar, em nenhum momento, os índices registrados antes da crise de 2008-09. No caso da indústria de transformação brasileira, contudo, alguns resultados de 2010 e 2011 ultrapassaram as marcas daquele período.

A continuidade do cenário de desaquecimento da atividade industrial gaúcha também foi demonstrada pelos indicadores industriais do RS calculados pela FIERGS. Em 2011, o Índice de Desempenho Industrial do Rio Grande do Sul (IDI-RS)⁸ cresceu apenas 0,3%, influenciado pelo desempenho positivo da evolução do nível de emprego (1,6), da massa salarial (5,0%) e das horas trabalhadas na produção (0,5%). As influências negativas vieram das variáveis mais diretamente ligadas à produção: faturamento (-1,2%), compras totais (-3,9%), e utilização da capacidade instalada (-0,6%) (Indic. Industr., 2011).

No âmbito do mercado de trabalho industrial, as informações disponíveis mostram que o mesmo vem acompanhando a trajetória da indústria gaúcha, com avanços e recuos mensais. O desempenho da ocupação em 2011 foi positivo, embora o ritmo de absorção de mão de obra tenha sido inferior ao registrado no ano anterior. Na Região Metropolitana de Porto Alegre o destaque foi a expansão de 9,0% do emprego na construção civil (10 mil postos de trabalho), seguida da indústria de transformação (5,1%), onde foram criados 16 mil novos empregos. O rendimento médio real dos assalariados na indústria acompanha o crescimento, embora em níveis muito inferiores. (Inf. PED, 2012).

Em termos da produção física das atividades industriais, conforme mostra a Tabela 4, elaborada com dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, oito dos 14 ramos pesquisados obtiveram uma taxa de crescimento acumulada positiva na comparação com o mesmo período em 2010. De modo geral, ocorreram poucas alterações expressivas na

⁸ O cálculo do IDI-RS, feito pela FIERGS, considera seis variáveis (Faturamento, Horas Trabalhadas na Produção, Utilização da Capacidade Instalada, Compras totais, Emprego e Massa Salarial) coletadas mensalmente de uma amostra das indústrias gaúchas. As variáveis foram escolhidas em razão da grande confiabilidade das informações obtidas através das empresas informantes e pela sua importância e influência no nível de atividade do RS. Os indicadores industriais da FIERGS integram o sistema coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

trajetória de cada ramo, sendo que apenas em três deles houve uma inversão de sinal ao longo do ano: fumo e mobiliário passaram de taxas negativas para positivas, o contrário ocorrendo com o ramo bebidas, que evoluiu de taxas positivas para negativas. Pode-se observar, contudo, que, na maior parte dos casos, houve uma significativa piora entre o começo e o final do ano, especialmente em metalurgia básica, calçados e artigos de couro, com um aprofundamento das taxas de crescimento acumuladas negativas.

A contribuição relativa dessas atividades para a formação da taxa global da indústria de transformação gaúcha, contudo, deve ser ponderada pelo peso de cada uma delas no Valor da Transformação Industrial (VTI).

Dentre as atividades que assinalaram crescimento na produção, destacaram-se fumo (15,54%), máquinas e equipamentos (8,67%), alimentos (4,78%) e veículos automotores (3,24%), cujos impactos sobre o total da indústria são muito significativos, uma vez que respondem por 5,09%, 8,97%, 14,91% e 11,66%, respectivamente, do VTI estadual em 2009.⁹

A indústria do **Fumo** inclui a produção de fumo processado e de cigarros, atividade preponderantemente exportadora, cuja dinâmica é dada pelo mercado internacional. O Rio Grande do Sul continua a liderar a produção e a exportação nacional, uma vez que os plantadores locais ainda não encontraram uma atividade alternativa com igual rentabilidade. A expressiva taxa de crescimento da atividade pode ser explicada, em grande parte, pela quebra de safra ocorrida em 2010, o que resulta em acréscimo maior na taxa de variação da produção, mas também pelo aumento da produtividade, alcançado na maior parte dos produtos da agricultura. As exportações de fumo e seus derivados, por sua vez, tiveram um aumento menor em razão da queda no preço desses produtos — aumento de 4,8% em 2011, comparado com o ano anterior (Lazzari, 2012).

Na atividade **Alimentos**, destaca-se o excepcional desempenho da produção de arroz, que cresceu 30,1%, como resultado tanto da ampliação da área colhida quanto de elevações da produtividade. Essa safra recorde, que se constitui na maior quantidade produzida desde 1990, não foi totalmente absorvida no mercado doméstico e, assim, parte expressiva foi direcionada para o mercado externo. A utilização de mecanismos de apoio à comercialização

favoreceu o aumento de 210, 5% no total de embarques, em comparação com o ano de 2010.¹⁰

A atividade **Veículos automotores**, que agrega a fabricação de automóveis, caminhões, reboques e carrocerias de ônibus, responde por 7,39% do emprego formal e destaca-se por sua capacidade de criar e difundir inovações.¹¹ Após os excelentes resultados de 2010, essa atividade apresentou um crescimento mais moderado no ano em análise, de 4,10%, em relação a 2010. Além da elevada base de comparação, esse resultado decorre do fraco desempenho do mercado externo. No caso dos automóveis, as montadoras enfrentaram, em 2011, a forte concorrência com veículos importados, cuja entrada foi facilitada pela valorização do real; no Rio Grande do Sul, houve queda de 8,3% nas vendas realizadas pela General Motors (Lazzari, 2012).

Mesmo sem repetir o excelente desempenho do ano passado, o segmento gaúcho de encarroçadoras liderou a expansão da produção com a empresa Comil, com uma taxa de 27% no ano em análise. O mercado interno absorveu a maior parte da produção, enquanto o volume total de exportações encolheu, em razão da crise internacional e da valorização da moeda nacional. As projeções de produção para 2012 são bastante otimistas, visto que a realização das eleições municipais, a ampliação do Programa Caminho da Escola e a organização de eventos esportivos deverão se constituir em importantes demandantes desses veículos (Crespo, 2012).

Dentre os ramos industriais que contribuíram negativamente para a formação da taxa global da indústria de transformação gaúcha, os destaques recaem sobre calçados e artigos de couro (-6,59%); refino de petróleo e álcool (-3,26%); e metalurgia básica (-8,52%), que representam, respectivamente, 7,18%, 4,79% e 5,42% do VTI no Rio Grande do Sul, em 2009.

A fabricação de **calçados e artigos de couro**, principal atividade geradora de empregos no Estado, respondendo por 20% do emprego industrial formal, teve mais um ano de resultados negativos. Com exceção de 2010, ano em que a produção física de calçados cresceu 4,88%, taxa explicada, em grande parte, pela base de comparação fortemente deprimida, o resultado desse ano reflete melhor a trajetória de declínio que iniciou em 2005. Essa queda livre, como

⁹ Foi calculada a estrutura da indústria gaúcha para o ano de 2009, porque este é o último dado disponibilizado pelo IBGE para a pesquisa PIA-empresa.

¹⁰ Ver artigo sobre o desempenho da economia gaúcha, neste mesmo número da revista.

¹¹ Classificada como de média/baixa tecnologia, a fabricação de caminhões, reboques e carrocerias de ônibus destacam-se, sobretudo, pelas inovações de processo.

já vem sendo debatida, é resultado da entrada maciça de calçados chineses em mercados até então ocupados pelos fabricantes gaúchos e pelo longo período de vigência de moeda nacional valorizada. Além dessa perda de fatias do mercado externo, a valorização do real tem contribuído para tornar ainda mais baratos os calçados chineses. Paralelamente às sucessivas quedas nas exportações, vem ocorrendo um aumento acelerado nas importações provenientes de países asiáticos, notadamente a China. Para “driblar” regras do comércio (cotas de importação), os fabricantes asiáticos estão adotando a prática da triangulação e exportando calçados através de outros países.

O RS mantém o primeiro posto nas exportações brasileiras de calçados, com o total de US\$ 577,3 milhões, valor 18,9% menor do que o alcançado em 2010. Em termos de pares exportados, houve uma queda ainda maior, 24,7%, porém com destaque positivo para o aumento no preço médio do calçado de 7,7%. O Ceará, segundo colocado no *ranking* das exportações, totalizando US\$ 351,6 milhões com vendas ao exterior, também sofreu os efeitos da contração da demanda externa, tanto em termos de

valor quanto de pares comercializados. Contudo, o crescimento expressivo no preço médio do calçado comercializado (24,4%) pode estar mostrando uma maior agregação de valor pelos fabricantes cearenses. Reforça essa ideia o maior crescimento observado nas vendas externas de calçados injetados de borracha ou plástico, cujas vendas, em valor, cresceram 76,8% e, em pares, 33,2%, enquanto o segmento de calçados com cabedal de couro teve queda de 21,2% e de 30,5%, em valor e em quantidade, respectivamente.

Para 2012, entidades representativas do setor esperam resultados mais favoráveis, os quais parecem condicionados à implementação de medidas de apoio ao setor. Milton Cardoso, presidente da Abicalçados, defende a ideia de que, junto com as ações do Plano Brasil Maior, sejam adotadas outras medidas de apoio ao setor, como, por exemplo, a extensão da tarifa *antidumping* de US\$ 13,85 para calçados vindos do Vietnã e da Indonésia “[...] e rigor na exigência do Certificado de Origem, aliadas à redução de impostos que impactam na cadeia do calçados, como PIS/Cofins, e a elevação do câmbio para R\$ 2,15, contribuirão para que o setor de calçados recupere a produção e os níveis de emprego” (Couromoda, 2012).

Tabela 3

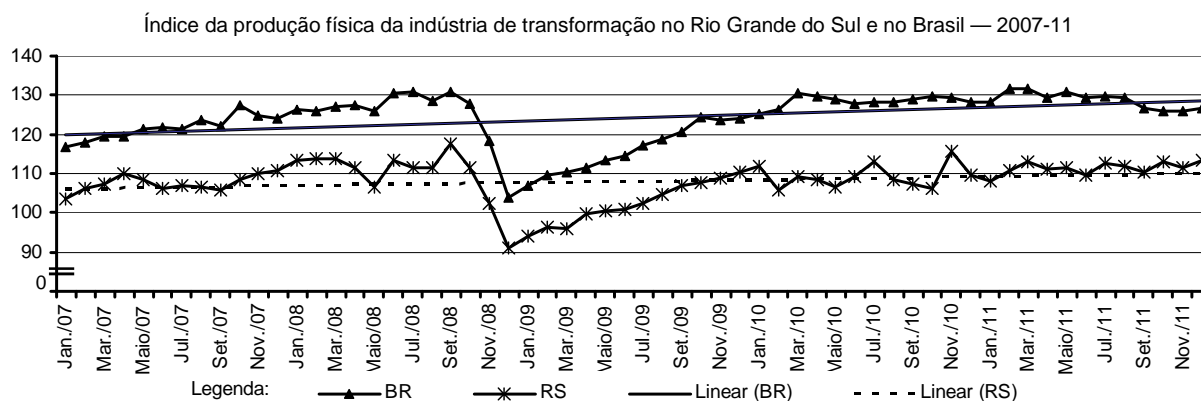
Taxas de crescimento trimestrais da indústria geral, segundo os locais pesquisados pelo IBGE, no Brasil — 2010 e 2011

ESTADOS E BRASIL	2010		2011			
	Acumulado Jan.-dez.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Acumulado Jan.-Dez.
Amazonas	16,3	-2,5	3,1	8,4	6,8	4,0
Pará	9,3	-2,1	3,8	6,3	2,5	2,7
Ceará	9,1	-10,4	-16,4	-13,2	-6,8	-11,7
Pernambuco	10,2	-4,7	-3,2	4,4	3,1	0,0
Bahia	7,1	-9,5	-0,9	-2,7	-4,6	-4,4
Minas Gerais	15,0	4,6	0,5	-2,2	-1,3	0,3
Espírito Santo	22,3	11,3	13,6	0,4	2,9	6,8
Rio de Janeiro	8,5	3,0	1,5	-0,3	-2,6	0,3
São Paulo	10,1	4,3	1,4	-0,2	-4,3	0,2
Paraná	14,2	4,6	-1,1	9,5	15,1	7,0
Santa Catarina	6,5	1,6	-8,5	-4,2	-8,8	-5,1
Rio Grande do Sul	6,8	1,7	2,3	1,7	2,1	2,0
Goiás	17,1	-1,5	8,1	9,7	7,6	6,2
Brasil	10,5	2,8	0,6	0,0	-2,0	0,3

FONTE: INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física regional. Rio de Janeiro, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>>. Acesso em: 10 fev. 2012

NOTA: Os dados têm por base igual período do ano anterior = 100.

Gráfico 1



FONTE: IBGE. Produção física industrial: número índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2007/2011. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

NOTA: Índices de base fixa com ajustamento sazonal. Média de 2002 = 100.

Tabela 4

Taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria e estrutura setorial do Valor da Transformação Industrial (VTI) e do emprego industrial, por atividades, no Rio Grande do Sul — 2009-11

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	PRODUÇÃO FÍSICA (1)					ESTRUTURA SETORIAL	
	2010 Jan.-dez.	2011				VTI (2009)	Emprego Formal (2010)
		Jan.-mar.	Jan.-jun.	Jan.-set.	Jan.-dez.		
Indústria de transformação	6,78	1,72	2,01	1,89	1,95	100,00	100,00
Alimentos	-0,89	8,41	6,53	4,55	4,99	14,91	16,31
Bebidas	4,97	0,56	0,47	-0,55	-0,82	3,25	1,42
Fumo	-10,87	-3,18	10,08	17,45	14,64	5,09	0,91
Calçados e artigos de couro	4,88	-1,35	-0,85	-3,07	-6,59	7,18	20,05
Celulose, papel e produtos de papel	8,18	-8,88	-8,63	-3,29	-4,04	2,16	1,48
Edição, impressão e reprodução de gra- vações	5,46	7,63	4,37	-1,2	1,45	0,76	1,16
Refino de petróleo e álcool	-9,77	-4,49	-8,65	-8,38	-3,26	4,79	0,30
Outros produtos químicos	4,32	4,56	3,07	3,05	1,29	9,26	2,28
Borracha e plástico	3,23	-3,86	-4,67	-7,39	-7,46	3,84	5,90
Metalurgia básica	29,99	-2,87	-2,52	-6,66	-8,52	5,42	2,08
Produtos de metal — exclusive máqui- nas e equipamentos	22,17	4,86	5,09	5,15	4,38	6,58	8,63
Máquinas e equipamentos	28,36	11,49	11,47	9,36	9,75	8,97	8,51
Veículos automotores	24,68	3,97	3,93	3,53	4,10	11,66	7,39
Mobiliário	10,22	-21,17	-3,38	2,88	2,56	2,96	5,21
Demais atividades	13,17	18,37

FONTE: IBGE. Produção física industrial; número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2010/2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 fev. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL-EMPRESA-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS-2010. Brasília, 2011.

NOTA: O IBGE e a RAIS trabalham com 27 atividades na seção indústria de transformação. Para os índices mensais de produção física no RS, somente 14 atividades apresentam informações.

(1) Os dados têm por base igual período do ano anterior = 100

4 Considerações finais

Ao longo de 2011, observou-se uma lenta e gradual redução no ritmo de crescimento da economia brasileira em comparação com o ano anterior. As razões para esse comportamento já são bem conhecidas; destacando-se, dentre elas, a apreciação do real e o aperto monetário, iniciado no fim de 2010. As perspectivas para 2012 dependem dos desdobramentos da crise financeira por que passam Estados Unidos e Europa, e que poderão se transmitir à economia brasileira, através da redução dos fluxos de comércio de bens e serviços e de capitais internacionais. Um fator a mais de instabilidade e de incertezas é a prática do protecionista, que, em momentos de crise, volta a assombrar, sobretudo, os países em desenvolvimento.

O cenário conjuntural, marcado pela taxa de câmbio valorizada, pela política monetária restritiva, pelo acúmulo de estoques, pela incerteza econômica decorrente da crise internacional e pelo acirramento da concorrência com produtos importados, mostra-se francamente restritivo à atividade produtiva industrial local. Para 2012, delineia-se um início de ano com atividade fraca, restringindo produção, investimentos e empregos, mas que deve retomar a intensidade no segundo semestre, por conta da política monetária mais "frouxa", das medidas governamentais com vistas ao estímulo da produção e da redução do nível de estoques acumulados. Um retorno ao dinamismo anterior, contudo, exigirá um maior enfrentamento das questões estruturais, que impactam na baixa competitividade da indústria gaúcha frente aos concorrentes estrangeiros.

A busca por ganhos de produtividade, redução de custos e maior competitividade deve continuar em 2012, sendo a melhoria do processo produtivo atual o principal objetivo dos investimentos planejados pelos empresários industriais. A maioria das empresas pretende seguir investindo prioritariamente para o mercado interno, haja vista que as expectativas com relação ao cenário internacional não estimulam investimentos com foco no mercado externo.

Referências

- BALANÇO Econômico 2011 e Perspectivas 2012. Porto Alegre: FIERGS; 2011. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/canais_fiergs.asp?idArea=48&idSubMenu=67&idSubSubMenu=1540>. Acesso em: 23 dez. 2011.
- CARTA DA ANFAVEA. São Paulo. n. 308, jan.2012.
- CARTA DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA, n.12, mar. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc12_nivelatividade.pdf>. Acesso em: dez. 2011.
- CARTA DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA, n. 13, jun. 2011a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9370&Itemid=3>. Acesso em: jan. 2012.
- CARTA DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA, n. 15, dez. 2011b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12659&Itemid=3>. Acesso em: fev. 2012.
- CINTRA, Luiz Antonio. Mais raro e mais caro. **Carta Capital**, n. 677, p. 36-38, dez. 2011.
- COUROMODA 2012: Abicalçados avalia que medidas de defesa comercial, redução de impostos e câmbio a R\$ 2,15 permitem retomada na produção. Abicalçados, 16 jan. 2012. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/noticias_couromoda-2012-abicalcados-avalia-que-medidas-de-defesa-comercial-reducao-de-impostos-e-cambio-a-rs215-permitem-retomada-na-producao>. Acesso em: fev. 2012.
- CRESPO, Sonia. Produção de carrocerias. **Revista Frota & Cia**. Disponível em: <<http://www.frotacia.com.br/2011/index.php/noticias/38-noticias/594-producao-de-carrocerias-de-onibus-cresce-9-em-2011.html>>. Acesso em: fev. 2012.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS — DIEESE. **Desindustrialização**: conceito e a situação do Brasil. São Paulo, 2011. (Nota Técnica, n.100). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3052393E013055A36C450E9D/dieese_nt100.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. **PIB estadual** — desempenho da economia em 2011. Porto Alegre, dez. 2011. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_estado_desempenho.php>. Acesso em: 08 jan. 2012.

IBGE. **Produção física industrial**: número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2007/2011. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

IMPORTAÇÃO ameaça indústria têxtil nacional. **Textilia.net**. Disponível em: <http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/importacao_ameaca_industria_textil_nacional>. Acesso em: jan. 2012.

INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física regional, nov. 2011. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/pim-pf-br_201112caderno.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física regional, dez. 2011. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>>. Acesso em: 10 fev. 2012

INDICADORES INDUSTRIAIS. Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FIERGS, dez. 2011. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/canais_fiergs.asp?idArea=48&idSubMenu=65&idSubSubMenu=271&idSubSubSubMenu=276>. Acesso em: 05 fev. 2012.

INDÚSTRIA gaúcha ainda não exhibe sinais de retomada. **Informe Econômico**, Porto Alegre, FIERGS, n. 3, 16 jan. 2012. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/canais_fiergs.asp?idArea=48&idSubMenu=67>. Acesso em: 18 jan. 2012.

INFORME PED. Porto Alegre: FEE, v.20, n. esp., jan. 2012.

INVESTIMENTOS na indústria. Porto Alegre: FIERGS; Unidade de Estudos Econômicos, jan. 2012. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/canais_fiergs.asp?idArea=48&idSubMenu=67&idSubSubMenu=4479>. Acesso em: 18 jan. 2012.

KUPFER, Jose Paulo. Parafusos espanados. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 2012. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/jpkupfer/2012/01/>>. Acesso em: jan. 2012.

LARA, Fernando M. Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas sobre a economia brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 39, n. 1, p. 7-18, 2011.

LAZZARI, Martinho. Economia gaúcha em 2011: desaceleração na indústria e nos serviços e recorde na agropecuária. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 39, n. 4, 2012.

LOUREIRO, Michele. Vulcabrás fecha fábricas e mantém capital fora. **Brasil Econômico**, p. 25, 19 dez. 2011.

RODRIGUES, Natália V. Entenda melhor o que são medidas macroprudenciais e sua atuação na economia. **Infomoney**, 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/noticias/noticia/2066656>>. Acesso em jan. 2012.

SILVA, Cleide. Montadoras voltam a demitir. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B3, 6 jan. 2012.

